



**OBSERVATÓRIO
DAS ESTRATÉGIAS
DA INDÚSTRIA
DO TABACO
CETAB/ENSP/FIOCRUZ:
4 ANOS EM ATIVIDADE
2016-2020**

Alex Medeiros Kornalewski
Alexandre Octávio Ribeiro de Carvalho
Danielle Barata Silva
Filipe Vargas
Leonardo Henriques Portes
Silvana Rubano Barretto Turci

**OBSERVATÓRIO DAS ESTRATÉGIAS DA INDÚSTRIA DO TABACO
CETAB/ENSP/FIOCRUZ: 4 ANOS EM ATIVIDADE**

2016 - 2020

2020

**OBSERVATÓRIO DAS ESTRATÉGIAS DA INDÚSTRIA DO TABACO
CETAB/ENSP/FIOCRUZ: 4 ANOS EM ATIVIDADE**

Autores

Alex Medeiros Kornalewski ¹

Alexandre Octávio Ribeiro de Carvalho ²

Danielle Barata Silva ³

Filipe Vargas ⁴

Leonardo Henriques Portes ⁵

Silvana Rubano Barretto Turci ⁶

^{1, 3, 6} CETAB/Ensp/Fiocruz

² CONICQ/INCA

⁴ CCI- Ensp/Fiocruz

⁵ UERJ e UF

T932o Turci, Silvana Rubano Barretto et al.
Observatório das estratégias da indústria do tabaco Cetab/ENSP/Fiocruz:
4 anos em atividade/ Silvana Rubano Barretto Turci et al. . – Rio de Janeiro, 2020.

42f. ; 30cm.

ISBN 978-65-00-12059-2

1. Políticas de controle do tabaco. 2. Saúde Pública. 3. Convenção-
Quadro para o Controle do Tabaco. I. Alex Medeiros Kornalewski. II. Alexandre
Octávio Ribeiro de Carvalho. III. Danielle Barata Silva. IV. Filipe Vargas. V.
Leonardo Henriques Portes. VI. Título.

CDD: 364.14
CDU: 614.3+36

Ficha catalográfica elaborada por Alex Medeiros Kornalewski
CRB 7 6494

SUMÁRIO

1	Introdução	8
2	Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco: artigo 5.3 e suas diretrizes de implementação	9
3	O papel das conferências das partes no monitoramento da indústria	11
4	Criação do Observatório/CETAB/Fiocruz	10
5	As táticas usadas pela indústria do tabaco	15
6	Metodologia de organização e de manutenção do Observatório	18
7	Imagens falam mais que mil palavras	20
8	O papel do Observatório como disseminador do conhecimento	21
9	Atuação nacional e internacional	22
10	Divulgação do Observatório	27
11	O monitoramento da indústria do tabaco como política transversal	31
12	Considerações Finais	35
	Referências	36

SIGLAS

ACT Promoção da Saúde - Aliança para o Controle do Tabaco e Promoção da Saúde

CETAB - Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde

CVLR/FIOCRUZ - Coordenação de Vigilância e Laboratórios de Referência da Fiocruz

CONICQ - Comissão Nacional para a Implementação da Convenção

- Quadro para o Controle do Tabaco

COP - Conferência das Partes

CQCT - Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

GGTC - Global Center for Good Governance in Tobacco Control

Knowledge Hub - Centro de Conhecimento

INCA - Instituto Nacional do Câncer

OMS - Organização Mundial da Saúde

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde

SE-WHO/FCTC - Secretariat of the Framework Convention on Tobacco Control /

World Health Organization

SEATCA - Aliança para o Controle do Tabaco do Sudeste Asiático

STOP - Stopping Tobacco Organizations and Products

UNION - União Internacional contra a Tuberculose e Doenças Respiratórias

USF - Universidade de São Francisco, Califórnia (EUA)

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

WHO - World Health Organization

1 Introdução

O tabagismo é um grave problema de saúde pública, estando relacionado a mais de oito milhões de óbitos, a cada ano, em todo o mundo (OMS, 2020)¹. A fumaça do tabaco contém mais de sete mil substâncias tóxicas^{2,3}, muitas delas associadas a diversos tipos de câncer e a doenças dos aparelhos respiratório e cardiovascular, sendo a indústria do tabaco o principal vetor dessas enfermidades (TOBACCO ATLAS, 2018; PEREZ, 2013).

Em 2012, no mundo, os gastos com saúde devido a doenças atribuíveis ao consumo de tabaco totalizaram US\$ 422 bilhões. Somado à perda de produtividade e às mortes causadas pelo consumo de tabaco, o custo estimado será de US\$ 1.436 bilhões, sendo que cerca de 40% desse valor é despendido nos países de baixa e média renda (GOODSCHILD et al, 2016).

No Brasil, um estudo publicado em 2017 estimou que a carga do tabagismo em termos de mortalidade, de morbidade e de custos de assistência médica calculados para 15 doenças associadas ao tabaco foi responsável por 147.072 óbitos, sendo 157.126 por infartos agudos do miocárdio, 75.663 por acidentes vasculares cerebrais e 63.753 por câncer. O custo para o Sistema de Saúde foi de R\$ 23,37 bilhões (PINTO, 2019).

Apesar da queda constante do consumo de tabaco no mundo, o ritmo de redução da demanda ainda é lento. Caso não se intensifiquem os esforços para o efetivo controle, será difícil alcançar uma diminuição de 30% até 2025, contrariando o compromisso firmado globalmente e enfatizado a partir da adoção da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde (CQCT/OMS) durante a 52ª Assembleia Mundial da Saúde em 1999, cujo objetivo é “proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco”. A CQCT/OMS foi adotada pela 56ª Assembleia Mundial da Saúde em 21 de maio de 2003 e entrou em vigor em 27 de fevereiro de 2005.

No Brasil, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco entrou em vigor em 2005 e, diversas medidas vêm sendo tomadas para que haja uma real redução da procura e do consumo de tabaco, de modo a tornar seu uso incomum. Uma das ações praticadas é o monitoramento da indústria do tabaco. Embora seja um setor legalmente constituído, é necessário identificar quais táticas têm sido empregadas para promover seus produtos. Neste quesito, houve um significativo avanço após a publicação de documentos internos⁵ que levou a indústria aos tribunais nos Estados Unidos e no Canadá. Pode-se conhecer a magnitude das ações para que não fosse regulada e, conseqüentemente, quais estratégias deveriam ser adotadas pelos governantes para prevenir e combater a interferência da indústria do tabaco.

¹ WHO **Tobacco**. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/tobacco>. Acessado em jan. 2020

² AMERICAN CANCER SOCIETY. **How much does it cost you?**

Disponível em <https://www.cancer.org/content/dam/cancer-org/cancer-control/pt/booklets>. Acessado em Junho de 2020.

³ AMERICAN LUNG ASSOCIATION. **What's in a cigarette?**

Disponível em <https://www.lung.org/stop-smoking/smoking-facts/whats-in-a-cigarette.html>. Acessado em junho de 2020.

⁴ Convenção Quadro para o Controle do Tabaco. Texto oficial.

Disponível em: <https://www.inca.gov.br/publicacoes/livros/convencao-quadro-para-o-controle-do-tabaco-texto-oficial>

⁵ <https://www.industrydocuments.ucsf.edu/tobacco/>

Vale destacar a ação dos Observatórios no acompanhamento das atividades da indústria do tabaco, entre os quais o Observatório do CETAB/FIOCRUZ^{6,7}. O monitoramento envolve a coleta sistemática de informações disponíveis nos meios de comunicação como websites, em documentos legislativos, em relatórios oficiais e em outros registros que demonstram as táticas usadas para impedir sua regulação. O objetivo dos Observatórios é reunir dados e disponibilizá-los de forma ordenada, e auxiliar na formulação de políticas de proteção das populações.

Vários organismos realizam esse tipo de verificação, seja para expor as técnicas usadas ou para conhecer qual a percepção da população sobre as estratégias de marketing adotadas pelo setor, porém o Secretariado da CQCT assume o papel de informar aos países sobre novas iniciativas da categoria.

A publicação deste relatório pretende apresentar as muitas atividades realizadas pelo Observatório das Estratégias da Indústria do Tabaco do CETAB/ENSP/FIOCRUZ e o singular apoio na adoção de medidas para conter a indústria do tabaco no Brasil.

2 Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco: artigo 5.3 e suas diretrizes de implementação

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) foi o primeiro tratado internacional de saúde pública (WHO, 2003) e, atualmente⁸, conta com a adesão de 182 Estados-membros dispostos a executar medidas intersetoriais para acentuar o declínio da demanda e do consumo de produtos de tabaco. No Brasil, o acordo passou a vigorar através da Política Nacional de Controle do Tabaco (PNCT), que aderiu a um conjunto de critérios segundo recomendações do tratado (LENCUCHA, 2017).

Em seus trinta e oito artigos, o 5.3 recomenda que:

ao estabelecer e implementar suas políticas de saúde pública relativas ao controle do tabaco, as Partes deverão agir para proteger essas políticas dos interesses comerciais da indústria do tabaco, em conformidade com a legislação nacional (WHO, 2003).

Para aumentar a conscientização sobre sua interferência, os governos devem adotar medidas que garantam a transparência nas ações executadas.

⁶ Observatório das Estratégias da Indústria do Tabaco. Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde da ENSP-FIOCRUZ, 2020.

Disponível em: <http://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br>

⁷ Tobacco industry interference with tobacco control. WHO Framework Convention on Tobacco Control.

ISBN 978 924 159734 0, Genebra, 2008

⁸ <https://www.who.int/ftc/cop/en/>

As práticas predatórias que a indústria do tabaco aplica no Brasil desde a década de 1960 visam impedir propostas que restrinjam atividades como patrocínio de eventos, promoção de novas mercadorias e publicidade de todos os produtos. As redes sociais e os influenciadores digitais são os recursos atuais utilizados na vinculação das marcas a projetos de responsabilidade social. Na outra ponta, a política de controle deve, principalmente, proteger a legislação desta devastadora influência?

Segundo dados do Index Global (2019), que analisa e estabelece “critérios” sobre como os governos enfrentam as táticas da indústria, o Brasil tem resistido, com sucesso, à interferência do setor e vem adotando medidas preventivas e legislativas que se expressam na redução da prevalência do número de fumantes, na proibição de fumar em ambientes fechados, na adoção de advertências sanitárias, no aumento de preços e de impostos e na sistematização de informações sobre suas atividades (ASSUNTA, 2019).

Para proteger as políticas públicas de controle do tabaco, foi criado, durante a segunda Conferência das Partes (COP 2), um grupo de trabalho que elaborou as diretrizes para a aplicação do artigo 5.3, uma recomendação originada durante a terceira sessão da Conferência das Partes (COP3). A adoção de diretrizes foi muito importante, pois garantiu que os esforços para preservar o controle do tabaco fossem abrangentes e eficazes. Sugeriu-se que os países priorizassem medidas em todos os setores do governo ligados direta ou indiretamente à indústria.

Garantir que o controle do tabaco não fosse afetado pelos interesses comerciais e de outras ordens desse segmento reforça o propósito das diretrizes⁹. As partes deveriam efetuar as medidas em todos os setores do governo que tenham interesse no tema ou capacidade de afetar as políticas de saúde pública para o controle do tabaco. Em última instância, o objetivo dessas diretrizes - elaboradas com base em evidências científicas e na experiência de países em lidar com a interferência do setor - foi auxiliar as partes no cumprimento de suas obrigações legais sob o art. 5.3 do tratado. As mesmas também se aplicam a pessoas, organismos ou entidades que contribuem, ou poderiam contribuir, para a formulação, a implementação, a administração e a execução das políticas, como representantes e funcionários de qualquer órgão ou instituição nacional, estadual, municipal ou de outra organização pública em qualquer esfera governamental (executivo, legislativo e judiciário) responsável pelo andamento da política de controle do tabaco.

Entre 2004 e 2008, foram criadas entidades de apoio à indústria do tabaco no Brasil com o propósito de frear o avanço das políticas regulatórias preconizadas pela CQCT - como a legislação para tornar ambientes livres de fumaça de tabaco - ou de inviabilizar políticas de diversificação da cultura do tabaco. Essas interferências têm ocorrido com discursos baseados na “liberdade de escolha” e na “liberdade empresarial”, mesmo que haja prejuízos à sociedade e/ou à saúde da população.

É bem evidente essa atuação no relatório produzido em 2019 pelo Stopping Organizations and Products (STOP) e Vital Strategy com apoio da Bloomberg Initiative, intitulado Crooked Nine, onde são apresentadas nove maneiras pelas quais a indústria tenta garantir que as regulamentações sejam fracas ou ineficazes em todas as regiões do mundo¹⁰.

⁹ Diretrizes de implementação do Artigo 5.3 da CQCT.

Disponível em <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//diretrizes-para-implementacao-do-artigo-5.3.pdf>

¹⁰ Vital Strategies. Crooked Nine: Nine Ways the Tobacco Industry Undermines Health Policy. New York, NY. Sept 2019.

Uma das táticas mais comumente usadas é a obstrução de propostas legislativas que interfiram nos seus planos, por exemplo, a alegação da indústria do tabaco de que a política de aumento de preços e de impostos sobre seus produtos não funciona e que traz consequências negativas, como o aumento do contrabando. Para auxiliar na defesa dos seus interesses, conta com empresas e apoiadores, escritórios de advocacia e de relações públicas, além de agências de publicidade, usados como grupos de fachada. Ademais, muitos congressistas e alguns setores do governo são mais permeáveis e vulneráveis aos interesses desta indústria. As estratégias e táticas usadas são semelhantes em todos os países, independentemente do tamanho geográfico populacional, PIB, desenvolvimento econômico ou sistema governamental¹¹.

3 O papel das Conferências das Partes no monitoramento da indústria

Presente desde a primeira COP, que aconteceu em 2006 em Genebra, o Brasil vem demonstrando a adoção de políticas públicas exitosas não somente para a redução do consumo de produtos derivados de tabaco como também para a diminuição da produção de folhas tabaco.

O Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, criado em 2005 pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, se tornou uma referência para países produtores e, certamente, não agrada aos representantes do setor produtivo do tabaco. Na tentativa de proteger sua imagem frente aos investidores, a indústria passa a desenvolver ações de responsabilidade sociais corporativas (RSC) e tenta se contrapor às políticas de controle¹².

No documento aprovado pela COP 7 (FCTC; COP 7)¹³, realizada na Índia em 2016, identificou-se a necessidade de fortalecer o monitoramento das atividades da indústria do tabaco pelas partes e, assim, foram estabelecidos os Centros de Observação (Observatórios) em instituições acadêmicas selecionadas.

O papel dos Observatórios de monitorar as estratégias e as táticas da indústria do tabaco nos países em que estão fixados e de poder compartilhar essas informações globalmente para serem usadas pelos governos, pela academia e pela sociedade civil na elaboração de políticas e ações de “*advocacy*” propicia aos países uma compreensão de sua interferência nas políticas de saúde pública e um melhor empenho.



¹¹ <https://www.industrydocuments.ucsf.edu/tobacco/>

¹² <http://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br/estrategias-e-taticas/tatica-rsc>

¹³ Relatório da Sétima Sessão da Conferência das Partes da CQCCT-OMS, Documento COP 7 (FCTC/COP/7/7), 2016

4 Criação do Observatório/CETAB-FIOCRUZ

A ratificação da CQCT/OMS trouxe um desafio adicional para os países que, além de cumprirem as recomendações do Artigo 5.3, deveriam desenvolver ferramentas capazes de acompanhar as atividades da indústria do tabaco, como a criação dos Observatórios. Era necessário identificar, documentar e apoiar medidas para reduzir a interferência da indústria nas políticas públicas de controle.

O Secretariado da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da OMS desempenhou um papel muito importante na criação dos Observatórios do Brasil, da África do Sul e do Sri Lanka. Também estimulou a invenção de modelos semelhantes nos países pertencentes ao grupo dos BRICS, formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que reúne mais de 40% do total de fumantes de todo o mundo, oferecendo apoio político, técnico e financeiro. A recomendação foi feita na Sétima Conferência das Partes (COP 7) e está no documento FCTC; COP 7. Além da criação dos Observatórios, reforça a necessidade das Partes estabelecerem medidas de controle para fortalecer a implementação do Artigo 5.3, como a criação de um *Knowledge Hub*, localizado na Tailândia. Esse documento também expressa apoio ao estabelecimento de um painel de especialistas para fornecer às Partes apoio na formulação de políticas e na capacitação (de quem).

O Ministério da Saúde, através da Escola Nacional Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz, aceitou o desafio e lançou, em 2016, o primeiro Observatório sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco em uma instituição pública de saúde, que monitora, reúne e analisa documentos sobre as atividades da indústria e os disponibiliza através de um website para que os organismos envolvidos com a implementação de políticas de controle do tabaco possam usá-los para coibir a interferência da indústria. O Observatório/Fiocruz¹⁴ foi arquitetado como um centro colaborativo de vigilância e informação produzido por um corpo técnico multidisciplinar que procura detectar e tornar acessível toda e qualquer intervenção realizada por ela ou por seus grupos de fachada junto às diversas esferas de poder, e que resulta em um aumento da pandemia tabágica entre a população brasileira.



¹⁴ O Observatório Nacional da Política do Tabaco, coordenado pela Secretaria-Executiva do Instituto Nacional de Câncer, Ministério da Saúde.

O projeto de criação do Observatório/Fiocruz teve início em 2014 no Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde (CETAB/ENSP/Fiocruz), e, por se tratar de um programa inédito, foram grandes os desafios para a identificação de parceiros que pudessem apoiar financeira e tecnicamente o projeto. Um desses aliados foi a Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro no Brasil (CONICQ), abrigada no Instituto Nacional do Câncer, que compreendeu a relevância de um Observatório e, prontamente, ofereceu apoio financeiro e compartilhamento de arquivos. A Aliança para o Controle do Tabagismo e Promoção da Saúde (ACT) também respondeu ao convite e colaborou com o Observatório CETAB/ FIOCRUZ com ideias e troca de seus arquivos sobre a indústria do tabaco, assim como de áudios e de registros fotográficos.



Dois anos se passaram entre o período da concepção do projeto até o seu lançamento (2014-2016). Usou-se como referência o recém-lançado website *tobacco tactics*¹⁵ criado pela Universidade de Bath (UK) em 2012 e que colaborou no desenho do projeto, tal como sobre as escolhas de tecnologia. O *tobacco tactics* tem investigado as táticas usadas pela indústria do tabaco na Inglaterra e na União Europeia, e também abriga a coordenação do STOP, financiada pela iniciativa Bloomberg. Tanto o *tobacco tactics* como os Observatórios têm sido um recurso útil para jornalistas, acadêmicos, formuladores de políticas, advogados e pesquisadores que buscam compreender quais as melhores apostas devem ser feitas contra a indústria do tabaco.

Outra importante parceria para a capacitação da equipe do Observatório foi a Universidade de São Francisco (UCSF- EUA). A Biblioteca da UCSF¹⁶ hospeda mais de 14 milhões de documentos criados pelas empresas de tabaco sobre suas atividades de publicidade, de fabricação, de marketing, de pesquisa científica e de política. O arquivo *Truth Tobacco Industry Documents* (anteriormente conhecido como *Legacy Tobacco Documents Library*) foi criado em 2002 pela UCSF Library. Em 2017, ofereceu capacitação para que profissionais do Observatório brasileiro pesquisassem, em seus arquivos, como e onde a indústria do tabaco vem atuando desde os remotos tempos. Da mesma forma, a Universidade de Bath promoveu o primeiro treinamento envolvendo os observatórios já em funcionamento.

¹⁵ https://www.tobaccotactics.org/index.php?title=Main_Page

¹⁶ <https://www.industrydocuments.ucsf.edu/tobacco/>



Universidade de São Francisco (EUA), 2017.



Universidade de Bath (UK), 2017.

A União Internacional contra a Tuberculose e Doenças Respiratórias - The UNION tem sido outro parceiro fundamental para o bom êxito do Observatório brasileiro. Desde 2014, apoia técnica e financeiramente com recursos da Iniciativa Bloomberg.



Logo marca da THE UNION.



Visita dos parceiros da Iniciativa Bloomberg na Fiocruz,

Como resultado, Observatório da Fiocruz cumpre a responsabilidade de “monitorar a indústria do tabaco no Brasil”. O lançamento mereceu destaque na mídia nacional e internacional. E, a partir de 2017, o CETAB/ENSP/Fiocruz recebeu apoio financeiro e político-institucional da Coordenação de Vigilância e Laboratórios de Referência da Fiocruz (CVLR/Fiocruz).



Lançamento do Observatório brasileiro na 46a. Conferência Mundial da The UNION, 2016.



5 As táticas usadas pela indústria do tabaco

Considerando a criatividade da indústria do tabaco e visando facilitar a busca de documentos, a OMS, em 2012, lançou um manual técnico¹⁷ sobre como os países devem agir para a proteção das políticas de saúde em relação ao controle do tabaco, adotado pelo Observatório/Fiocruz para melhor organizar as táticas mais comumente usadas pela indústria. São elas:

1. Tentativas para capturar processos políticos e legislativos: a indústria utiliza com frequência a tática de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) para que aumente sua credibilidade e crie oportunidades de aproximação com legisladores, lideranças políticas, influenciadores, comunicadores e outros aliados que possam favorecer a indústria. Também colaboram com a doação de recursos para campanhas a cargos eletivos em 2014^{18,19,20};
2. Exagero sobre sua importância econômica: a indústria usa um falso argumento que haverá forte redução nos empregos e, conseqüentemente, problemas econômicos nos países que adotam a CQCT²¹;
3. Manipulação da opinião pública para ganhar aparente respeitabilidade: fumar mata, mas a indústria do tabaco tem manipulado a opinião pública que, em última análise, governa o funcionamento da sociedade. A indústria investe vultosas somas de dinheiro em campanhas de marketing corporativo (direto e indireto) e de seus produtos, a fim de melhorar sua reputação;

¹⁷ WHO. Technical resource for country implementation of the WHO Framework Convention on Tobacco Control Article 5.3, 2012

¹⁸ <http://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br/interferencias/pessoas/politicos>

¹⁹ <http://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br/search/node/consulta>

²⁰ <https://drive.google.com/file/d/0B4ivOg72nORyT2RnZ1ZuaWVRaU0/view> (pdf)

²¹ <http://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br/estrategias-e-taticas/exagerar-importancia-economica-da-industria>

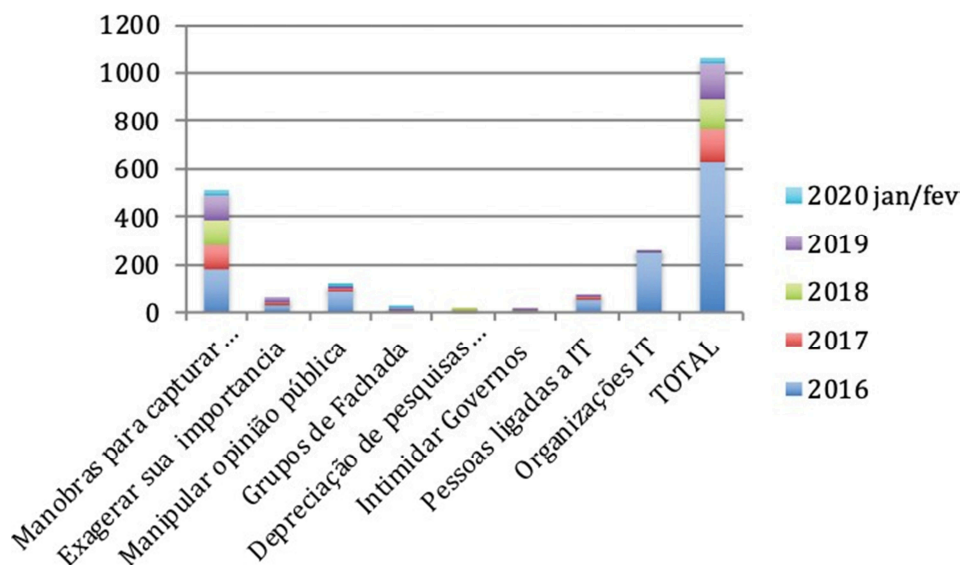
4. Grupos de fachada: à medida que a indústria do tabaco se torna menos confiável, mais precisa de outros atores para defender seus interesses e para dar a impressão que as medidas de contenção são exageradas ou desnecessárias. Por exemplo, fazer alianças com grupos de fumantes, grupos de mulheres, organizações de assistência social, missões diplomáticas, produtores de tabaco e/ou outras pessoas da cadeia de suprimentos de tabaco, como varejistas, sindicatos. Pode-se citar a Fundação para um Mundo Livre de Fumaça, patrocinada pela Philip Morris;
5. Depreciar pesquisas científicas: essa tática é bastante utilizada pela indústria com o objetivo de fragmentar e enfraquecer a comunidade científica, principalmente para desmerecer os trabalhos de saúde pública que demonstram os malefícios do uso do tabaco;
6. Tentam contrapor publicações científicas: um bom exemplo dessa estratégia se refere à pressão sobre a ANVISA para a liberação dos dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs). A indústria tem realizado seminários dentro das universidades, levando pesquisadores para rebater as críticas sobre o uso maléfico desses aparelhos;
7. Intimidar governos com ameaças de litígios: a indústria tenta, através de caros e longos litígios contra países, conter a regulação de seus produtos. O processo judicial da Philip Morris contra o Uruguai teve início em 19 de fevereiro de 2010 e foi concluído em 8 de julho de 2016, em que a *Philip Morris International (PMI)* apresentou uma ação perante o Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos (ICSID) no valor de US\$ 25 milhões por incorrer em práticas anticoncorrenciais, e alegou uma violação do tratado bilateral de investimentos entre a Suíça e o Uruguai . Em 8 de julho de 2016, após seis anos, o ICSID decidiu a favor do Uruguai, forçando os demandantes a pagar as custas judiciais e aos réus.

O gráfico abaixo mostra o quantitativo de documentos indexados na plataforma desde sua criação. A estratégia nomeada como “manobras para capturar os processos políticos” foi a que mais se destacou no período de 2016-2020, pois as atividades que envolvem ações de responsabilidade social corporativa (RSC) são aquelas nas quais as indústrias se envolvem em ações sociais como doações de insumos e de dinheiro e demonstrações de envolvimento com a comunidade.

Não é difícil imaginar que a COVID-19, pandemia que assolou o mundo em 2020, foi relevante para a indústria do tabaco devido à natureza da enfermidade. A COVID-19 apresenta como fatores de risco doenças dos aparelhos respiratório e cardiovascular, e estas, por muitas vezes, estão relacionadas ao uso de produtos de tabaco. Vale ressaltar que o consumo desses produtos desperta, automaticamente, uma crescente atenção negativa da sociedade sobre o setor. Sem dúvida, a indústria recorre as suas práticas usuais para desviar a atenção para temas econômicos. Por exemplo, a *Philip*

Morris International declarou que no seu relatório trimestral de março de 2020 que a COVID-19 trouxe muitos impactos negativos ao segmento como o fechamento de lojas, redução da produção e da distribuição de cigarros. Adicionalmente, começaram a se envolver na produção de artigos que tem por objetivo confundir a ciência que vincula a relação positiva entre fumar e COVID-19 e, assim poder influenciar o debate científico.

Gráfico 1: Quantitativo de documentos indexados no Observatório/CETAB/ano.



Entre 2018 e 2020, a *Philip Morris International* e a *Japan Tobacco International* têm realizado doações a mais de 18 países que haviam sofrido algum tipo de desastres como: inundações, terremotos e epidemias. O observatório Fiocruz captou diversas iniciativas de responsabilidade social corporativa da indústria de tabaco em tempos de pandemia, como, por exemplo, o fato de uma empresa que produz sementes de tabaco ligado a Sousa Cruz, doar um equipamento para fazer diagnóstico de COVID-19 para um laboratório da Universidade de Santa Cruz do Sul (RS), que é considerada a “capital do fumo brasileira”²². A Philip Morris do Brasil criou um comitê de contingência para acompanhar a epidemia e realizou a doação de dinheiro a hospitais e a fundos municipais de cidades produtoras de folhas de tabaco, de tecido para confecção de máscaras, de kits de higiene para grupos vulneráveis e de álcool em gel. Além disso, disponibilizou frota de veículos das empresas para distribuição de alimentos e ofereceu apoio as vítimas de violência doméstica^{23,24}.

22 <http://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br/search/node/covid>

23 <https://folhadomate.com/noticias/saude/philip-morris-brasil-fez-o-repasse-de-75-mil-ao-hospital-sao-sebastiao-martir>

24 <http://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br/search/node/covid>

6 Metodologia de Organização e de Manutenção do Observatório

Como dito anteriormente, o projeto de elaboração do Observatório tomou como ponto de partida o website do *Tobacco Tactics* que serviu de modelo para elaborar o Projeto brasileiro.

A equipe de tecnologia da informação da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fiocruz em conjunto com técnicos do CETAB elaborou a primeira versão que foi lançada em 2016. Desde então, o Observatório/ Fiocruz tem armazenado documentos originais disponíveis em diversos formatos referentes às atividades da indústria do tabaco no Brasil.

As principais fontes de busca tem sido jornais de grande circulação ou locais, revistas, artigos científicos, fotos, áudios, vídeos, peças publicitárias, relatórios das empresas de tabaco e/ou de empresas de fachada e relatórios oficiais de agências governamentais, ou não governamentais, nacionais ou internacionais. Esses documentos devem ser armazenados de acordo com os seguintes formatos:

- Documentos textuais em formato PDF, com pelo menos 300 dpi, nos casos de documentos digitalizados;
- Documentos audiovisuais em formato AVI, sem configuração HD ou full HD, devido ao grande espaço de armazenamento necessário;
- Documentos imagéticos em formato JPEG ou JPG. Recomenda-se a resolução mínima de 800x640 na qualidade da imagem, além dos 300 dpi nos casos de documentos digitalizados;
- Documentos de áudio em formato MP3, com no mínimo 192 de qualidade no arquivo.

O método empregado na organização e manutenção do Observatório segue a lógica da taxonomia híbrida (apresenta cruzamento de dados tanto internos quanto externos ao site) e semi-hierárquica (apresenta estruturação média, permitindo certa flexibilidade na gestão dos conteúdos). Sendo assim, a taxonomia aplicada adquire os seguintes aspectos:

- Os termos taxonômicos são usados na sua organização nas seguintes dimensões: título das páginas e corpo do texto, seguindo a lógica utilizada na construção das palavras-chave;
- O modelo semiestruturado permite a constante atualização e reestruturação do Observatório, especificamente das subcategorias ancoradas aos termos fundamentais (estratégias, organizações e pessoas);
- As categorias (ou palavras-chave) devem ser práticas tanto para especialistas (envolvidos ou não com o projeto de taxonomia) quanto para os pesquisadores em geral;
- As categorias fundamentais (estratégias, organizações e pessoas) empregam a lógica hipertextual, a saber:
 - O conteúdo sobre as estratégias remetem as táticas empregadas pela indústria de tabaco;
 - O conteúdo das organizações remete ao tipo de organização (Indústrias de Tabaco, organizações Ligadas a Indústria do Tabaco e institutos de pesquisa), tipo de pessoas (pessoas da indústria do fumo, lobistas e relações-públicas, políticos, advogados, cientistas, blogueiros pró-tabaco, libertários) e as táticas empregadas pela mesma;
 - O conteúdo das pessoas remete ao tipo de pessoa (categorias já mencionadas acima) e os tipos de organizações em que ela se enquadra (já mencionadas acima).

A taxonomia prioriza a extensão até no máximo ao terceiro nível (no que concerne o exercício da pesquisa ou cliques de aprofundamento no site feito pelos pesquisadores), de forma a prover clareza, rapidez e adequação aos fatores da indexação (AGNER, 2009). Entretanto, a sua organicidade obriga uma constante atualização e verificação do conteúdo inserido no observatório para acompanhar a consistência da estrutura aplicada, por meio de suas categorias, referências e demais informações.

Quanto ao verbete construído no Observatório, é empregado o formato informativo-descritivo, pois a plataforma sintetiza as questões abordadas pelos documentos que cita, além de prover a íntegra dos mesmos. Logo, o resumo apresenta autonomia informacional, imparcialidade e indica, por conseguinte, as referências dos documentos consultados (NBR 6028, 2003).

Os verbetes devem ser construídos com frases concisas, afirmativas e sem enumeração de tópicos, resumindo-se num único parágrafo. Deve-se evitar: símbolos, contrações, fórmulas, equações entre outros formatos, a menos que seja de uso corrente e fundamental ao conteúdo. A média de palavras deve alternar entre 50 a 100 palavras, podendo ser flexível a 200 palavras em caso de artigos ou documentos de grande quantidade de paginação.

As referências construídas para identificar e respaldar a plataforma do Observatório, quanto ao uso e divulgação dos documentos, se baseiam nas normas técnicas de normalização de referências (NBR 6023, 2018).

O campo de documento integral é uma inovação importante para o exercício de divulgação de documentos em portais do tipo *WIKI*, uma vez que oferece veracidade as informações, agrega e aprofunda pesquisas feitas no observatório além de garantir a segurança da informação e sua estabilidade, tendo em vista que as referências construídas somente com o registro do link utilizado costuma apresentar perdas (links quebrados) no decorrer da gestão informacional empregada nos portais *WIKI*. Recomenda-se o upload destes documentos, seguida de suas respectivas referências, com o enunciado: “documento integral: PDF, AVI, JPEG ou MP3” (dependendo do formato do documento), de forma a padronizar a gestão de conteúdo do observatório.

Os critérios de seleção de palavras-chave, inerente a política de indexação do Observatório, tem como respaldo o documento que versa sobre os métodos de seleção de assuntos e seleção de termos de indexação proposto pela ABNT (NBR 12676, 1992). Essa proposta de categorização deve levar em conta os seguintes fatores: entropia, exaustividade, especificidade, qualidade e coesão (LANCASTER, 2004). Ressalto que estas palavras-chave têm como base a taxonomia adotada pelo observatório, podendo incluir outros termos do conteúdo, que devem ser analisados antes de sua categorização.

A entropia, aplicada como o grau de dispersão da informação no observatório, é a principal ferramenta de controle e decisão para os motores de busca, independente do formato (impresso, digital, virtual e afins). Logo, a política de controle de palavras-chave atua em conjunto com a taxonomia do observatório, para que não ocorra uma inclusão abusiva de termos por conteúdo, ausência de controle na escolha dos termos e pulverização da informação (pesquisas que retornem um vasto campo de conteúdos ou mesmo pesquisas redundantes).

Os documentos analisados e sintetizados para a inserção de conteúdo do observatório, podem atribuir uma média de 1 a 8 termos. Estes termos podem corresponder as categorias fundamentais (táticas, organizações e pessoas), suas respectivas subdivisões ou novas sugestões discutidas em pela equipe.

No tocante a especificidade, grau de precisão no qual um termo aborda o conteúdo, recomenda-se o emprego de categorias que abordem de forma abrangente o conteúdo e sua relação com a estrutura do site. Caso o conteúdo descrito no Observatório apresentar uma riqueza informacional que extrapole o máximo de 5 categorias já discriminadas, deve-se aplicar as seguintes regras na ordem apresentada abaixo:

- Verificar o fator de presença (bibliometria) dos termos nos documentos a serem utilizados para a inserção de conteúdo;
- Pesquisar os termos excedentes no observatório para ver se há uma página já escrita sobre o assunto;
- Caso não haja conteúdo, deve-se criar uma página sobre o termo excedente e gerar conteúdo, ligando a página nova ao seu respectivo conjunto (Táticas, organizações, pessoas);
- Caso o termo excedente já tenha uma página no observatório, basta ligá-lo.

Quanto a qualidade da indexação dos documentos e construção das páginas do Observatório são aplicados três fatores, a saber:

- Consistência na especificidade dos termos;
- Exaustividade da indexação (emprego abusivo de palavras-chave ao conteúdo);
- Qualificações do indexador (imparcialidade e conhecimento da área a ser indexada).

Quanto à coesão, aplica-se como critério principal na gestão informacional do Observatório principalmente a lógica da acessibilidade do conteúdo, seja pela busca da referência, resumo ou palavras-chave designadas aos documentos registrados na plataforma. É necessário que o conteúdo inserido no observatório seja de fácil entendimento do público leigo, sem, contudo, ferir a integridade intelectual do documento original. Logo, recomenda-se que seja feito testes de pesquisa (métodos de recuperação que o usuário emprega no observatório) e usabilidade (linguagem aplicada ao observatório) para que seja comprovado a coesão da informação e, por conseguinte, a qualidade do Observatório (NASCIMENTO, 2010).

Inicialmente, tanto a CONICQ como a Aliança para o Controle do Tabaco e Promoção da Saúde (ACT), compartilharam diversos documentos de seus arquivos e, assim, teve início a seleção, indexação e análise de documentos que compõe o Observatório /Fiocruz.

7 Imagens falam mais do que mil palavras

O Observatório CETAB/Fiocruz tem documentado diversas imagens que demonstram como a indústria do tabaco está sempre pronta para não perder a oportunidade de promover seus interesses. Embora o uso do tabaco esteja presente na história da sociedade desde o século XV, seu declínio teve início em 1998 ao ser assinado nos Estados Unidos, o célebre *Tobacco Master Settlement Agreement (MSA)*²⁵ que mudou o rumo que as indústrias de tabaco percorriam há décadas e foram condenados a

²⁵ <https://www.industrydocuments.ucsf.edu/tobacco/>

pagar mais de US\$ 365 bilhões por cometerem violação da legislação americana, estarem envolvidas com o crime organizado e usarem como ferramenta a corrupção para atingir seus objetivos. A sentença proferida em 2006 pela Juíza Gladys Kessler revelou o que está por traz da epidemia tabagista e como a indústria atua em conjunto e coordenadamente para enganar a opinião pública, governo, comunidade de saúde e consumidores.

A imagem abaixo demonstra bem esse fato ao retratar o falso juramento feito por representantes das maiores indústrias do Tabaco. Abaixo, a foto histórica no Senado Americanos, tirada em 1994, durante as seções que resultaram no *Tobacco Master Settlement Agreement (MSA)*.



Na próxima imagem é possível observar que a indústria do tabaco busca apoio dentro do poder legislativo, como mostra a foto da reunião entre o Presidente do Senado Renan Calheiros e uma comitiva de representantes da indústria do tabaco, liderada pela Senadora Ana Amélia Lemos, para solicitar adiamento da votação do Projeto de Lei 769/15, do Senador José Serra, em março de 2016, que proíbe aditivos e implanta embalagens padronizadas dos produtos de tabaco.



8 O papel do Observatório como disseminador do conhecimento

O acesso à informação é um direito fundamental para a garantia da democracia e empoderamento dos indivíduos no exercício da cidadania (ARAÚJO; CARDOSO, 2007). No campo da saúde, informar a população é indispensável para proporcionar conhecimento não só a respeito dos seus direitos aos

serviços disponíveis, mas também para fornecer dados sobre seu modo de vida, tendo em vista a promoção da saúde e a manutenção de políticas públicas saudáveis. Quando se trata de uma indústria que mata mais de oito milhões de pessoas a cada ano, sendo que cerca de sete milhões dessas mortes são resultados do uso direto do tabaco, e aproximadamente 1,2 milhão por não-fumantes expostos ao fumo passivo, a necessidade de informar torna-se mais clara e evidente. (OPAS, 2020)

O Artigo 5.3 da CQCT/OMS estabelece diretrizes para proteção de políticas públicas de saúde contra os interesses comerciais da indústria do tabaco. Logo, dar visibilidade às táticas utilizadas para deturpar, criar mitos e manipular informações sobre essas políticas de controle – para além do website do CETAB – e disseminá-las entre os parceiros, a comunidade científica e o público em geral – são os objetivos das publicações do Observatório.

Atualmente, são oferecidos dois produtos de comunicação: um *fact sheet*, intitulado “Destaques”, que possui duas laudas e apresenta informações (notas atualizadas) a respeito das estratégias da indústria do tabaco em tópicos, de forma clara e objetiva e, o Boletim do Observatório, que possui uma estrutura maior, composta por um espaço editorial e seções de artigos, reportagens, entrevistas e revisão de temas relevantes. As duas publicações são divulgadas nos formatos impresso e on-line, em português e inglês. Os dois materiais são elaborados a partir de reuniões de pauta permanentes com a equipe multidisciplinar do Observatório, composta por pesquisadores da Fiocruz, bibliotecários, jornalistas e advogados.

A versão on-line dos Boletins (trimestrais) e Destaques (mensais ou bi mensais, dependendo da necessidade de produzir um informativo de maneira ágil) é distribuída através de uma mala direta própria para uma lista de e-mails composta por 1.108 endereços eletrônicos (mil cento e oito), de pessoas e instituições da área da saúde e afins, no Brasil (684), e para parceiros de diversos países (424). Além disso, também são enviados para a lista Fiocruz-L, um mail list institucional da Fiocruz, que abrange todos os servidores e trabalhadores da Instituição, em todas as 16 unidades técnico-científicas e distribuídas por todo o país.

9 Atuação nacional e internacional

Os Boletins e Destaques também são publicados nos canais institucionais da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), através do Informe ENSP²⁶, e circula na newsletter semanal da instituição, cuja base formada por sete mil assinantes. As publicações do Observatório também podem ser acessadas no Portal Fiocruz²⁷ e na Agência Fiocruz de notícias²⁸ da Coordenação de Comunicação Social da Presidência da Fiocruz.

²⁶ Disponível em: [http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/..](http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/)

²⁷ Disponível em: [https://portal.fiocruz.br/.](https://portal.fiocruz.br/)

²⁸ Disponível em: [https://agencia.fiocruz.br/.](https://agencia.fiocruz.br/)



O processo de criação dos produtos de comunicação do Observatório sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco tem sido apresentado em diversos fóruns. Entre eles na 1ª Conferência de Promoção da Saúde da Fiocruz, em maio de 2019. O evento científico teve o objetivo incentivar a reflexão sobre os desafios teóricos, práticos e de inovação na Promoção da Saúde e fortalecer as ações desenvolvidas institucionalmente neste campo de atuação. O trabalho foi apresentado na forma de pôster.



A primeira edição do Boletim (edição zero) reuniu artigos de especialistas na área de controle do tabaco e da presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima, acerca da importância do monitoramento das atividades da indústria do tabaco. A publicação reuniu os textos: “Sentinelas da saúde”, por Vera da Costa e Silva, ex-chefe do Secretariado da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (OMS); “Redução de mortes altamente evitáveis”, por Tânia Cavalcante, Secretária Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro (Conicq); “Importância do Observatório sobre as Estratégias da Indústria do Tabaco: um ano de atuação”, por Paula Jonhs, Diretora Executiva da Aliança de Controle do Tabagismo (ACT).

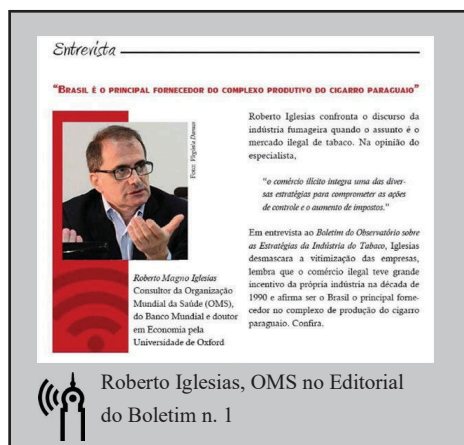


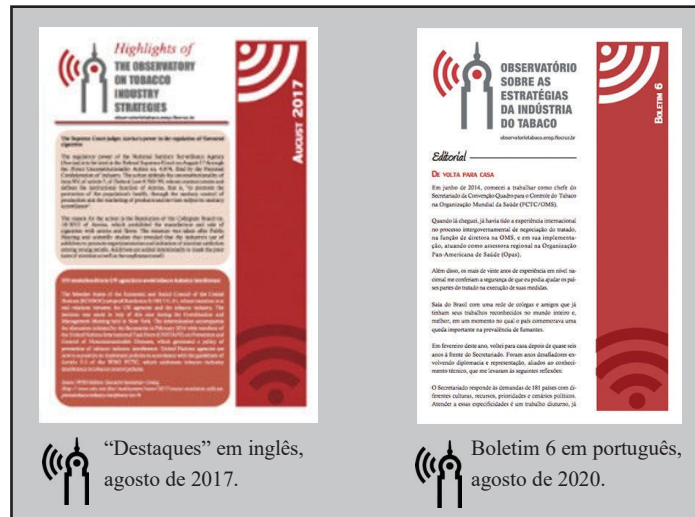
A edição seguinte (Boletim 1) debateu o comércio ilícito de produtos de tabaco. Além do editorial, assinado pela coordenadora do Observatório Silvana Rubano Turci, há a entrevista com Roberto Magno Iglesias, consultor da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Banco Mundial e doutor em Economia pela Universidade de Oxford, que destacou a atuação do Brasil no complexo produtivo do cigarro paraguaio.

Outras edições destacaram temas como a presença de aditivos tóxicos em derivados de tabaco e seus riscos para crianças e adolescentes, entrevistas como com o líder da equipe da Gestão do Conhecimento da OMS/CQCT, Dr. Tibor Szilagyi, que destacou a importância do monitoramento das ações da indústria, a atuação do Brasil na Oitava Conferência das Partes, o encontro com líderes da *Bloomberg Philanthropies* na Fiocruz, a criação de grupo de trabalho para avaliar tributação sobre produtos de tabaco, dentre outros.

O Boletim n. 6, publicado em julho de 2020, traz informações relevantes sobre como a indústria tem se apropriado dos termos “responsabilidade social corporativa” em tempos d Covid-19 a fim de melhorar sua imagem frente aos consumidores.

Os boletins sempre publicam informações atuais e relevantes que demonstram como o Brasil tem monitorado as atividades que indústria do tabaco. Essas e outras informações estão disponíveis em: <http://tabaco.ensp.fiocruz.br/pt-br>.





“Destaques” em inglês, agosto de 2017.

Boletim 6 em português, agosto de 2020.

O Observatório também possui perfil no *twitter* com mais de 200 seguidores. O perfil @observatoriotab tem se mostrado um instrumento importante de divulgação do monitoramento da plataforma e seus produtos, além de interagir com parceiros da área de controle de tabagismo em esferas nacionais e internacionais. Nos últimos 30 dias (abril e maio de 2020), os *tweets* do perfil ganharam 1.3 mil impressões no período.



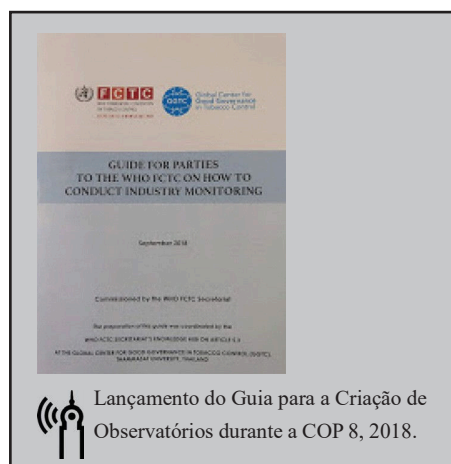
Publicação do Observatório no Twitter.

Em 2017, a revista Cadernos de Saúde Pública publicou um Suplemento Especial com 18 artigos inéditos sobre a política de controle do tabaco no Brasil, sobre as estratégias da indústria e resultados de pesquisas que ajudam a evidenciar os malefícios causados por essa indústria.



Suplemento Especial dos Cadernos de Saúde Pública sobre Políticas de Controle do Tabaco, 2017.

A elaboração do Guia para a Criação de Observatórios também contou com a participação da Equipe do Observatório Brasileiro.

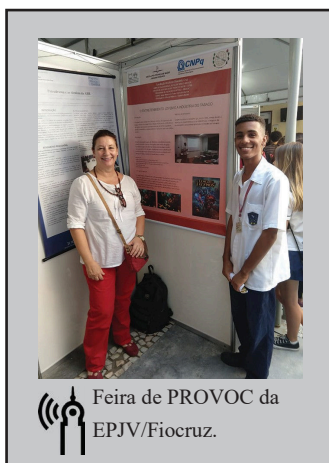


Jornalistas investigativos têm se somado ao time do Observatório e revelado, de maneira bastante profunda, as relações existentes entre a indústria do tabaco e gestores de cidade que plantam tabaco.

O livro “Roucos e Sufocados“, publicado em parceria com a ACT, pela editora Elefante em 2018, oferece um retrato singular do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, coração da fumicultura nacional. É de lá que emana o discurso — e o lobby — em defesa do cigarro. Os autores analisam a retórica que mistura a sobrevivência de pequenos agricultores aos interesses de megacorporações em busca de lucros cada vez maiores, e desvendam como essa articulação é utilizada para frear políticas de saúde pública e controle do tabagismo. Por trás da cortina de fumaça se entrelaçam políticos, meios de comunicação, sindicatos, organizações que dizem combater o contrabando e até perfis falsos da internet. Deputados e senadores, prefeitos, ex-ministros, integrantes do STF e ex-secretários da Receita Federal: uma vasta e poderosa rede de favorecimentos surge na defesa disfarçada de um setor econômico que mata metade da própria freguesia.



Em 2019, alunos do ensino médio da Escola Politécnica Joaquim Venâncio da Fiocruz (EPJV/ Fiocruz) puderam participar de atividades de pesquisa do CETAB e o Observatório ofereceu a oportunidade para adolescentes colaborarem em um levantamento de dados sobre estratégias que a indústria utiliza para influenciar jovens a consumir seus produtos.



Desde sua criação, o CETAB oferece cursos de atualização para profissionais se capacitarem em temas referentes a Fatores de Risco de Doenças Crônicas: tabaco, álcool, alimentação inadequada e atividade física e também sobre Políticas para o Controle do Tabaco. Os cursos já receberam mais de 150 alunos do Brasil e de outros países como Cabo Verde, Bolívia, Argentina e Portugal.



10 Divulgação do Observatório

A criação do Observatório em uma instituição pública de saúde desperta a atenção de vários parceiros ao redor do mundo. O aprofundamento de parcerias com organizações que trabalham para a otimização da implementação da CQCT tem oferecido oportunidades para mostrar o projeto e assim torná-lo ainda mais próspero.

Em 2017, o Centro de Conhecimento (*Knowledge Hub Article 5.3 WHO-FCTC*), que está sob a responsabilidade da Universidade de Thammasat, (Tailândia), reuniu especialistas de várias partes do mundo para discutirem quais as melhores práticas a serem adotadas no enfrentamento da indústria e na implementação do Artigo 5.3 da CQCT .



Encontro de Especialistas sobre Artigo 5,3, Tailândia, 2017.

Em dezembro de 2018, a Fundação do Centro de Controle de Prevenção de doenças dos EUA (CDC Foundation) realizou uma reunião com especialistas para discutir sobre a criação de um sistema global de vigilância e/ou monitoramento da indústria do tabaco na perspectiva do controle do tabaco. Uma das conclusões foi que se deve empenhar muitos esforços para que sejam desenvolvidos sistemas capazes de monitorar e realizar vigilância sistemática sustentável.



Encontro de Especialistas para o Artigo 5.3 promovido pelo CDC (USA), 2018.

A equipe do Observatório também se fez presente em diversas conferências discutindo os desafios e demonstrando os esforços para avançar no monitoramento da indústria e na adoção de medidas de contenção de suas ações.



Conferência Mundial da UNION, Hague (Holanda), 2018.

Como dito anteriormente, a indústria do tabaco está sempre pronta para manipular a opinião pública e aproveitar brechas legislativas para promover seus produtos, tal como ocorre com os dispositivos eletrônicos para fumar (DEFS). Embora sua produção e comercialização no Brasil seja proibida desde 2009, quando foi publicada a Resolução Colegiada da Anvisa número 49 (RDC 49/2009), a indústria vem pressionando a Anvisa para que faça uma revisão desta decisão. O Observatório colabora demonstrando que as táticas usadas no país para aprovação desses produtos são as mesmas adotadas em diversos países.



E, assim tem sido: países se reúnem para discutir e definir táticas para que os governos não cedam ao discurso da indústria. Um exemplo dessa tipologia de iniciativa foi a do Sri Lanka que criou o Tobacco Unmasked, que é um portal de informações baseadas em evidências sobre a indústria do tabaco, com perfis detalhados de empresas de tabaco relevantes para o sudeste asiático.



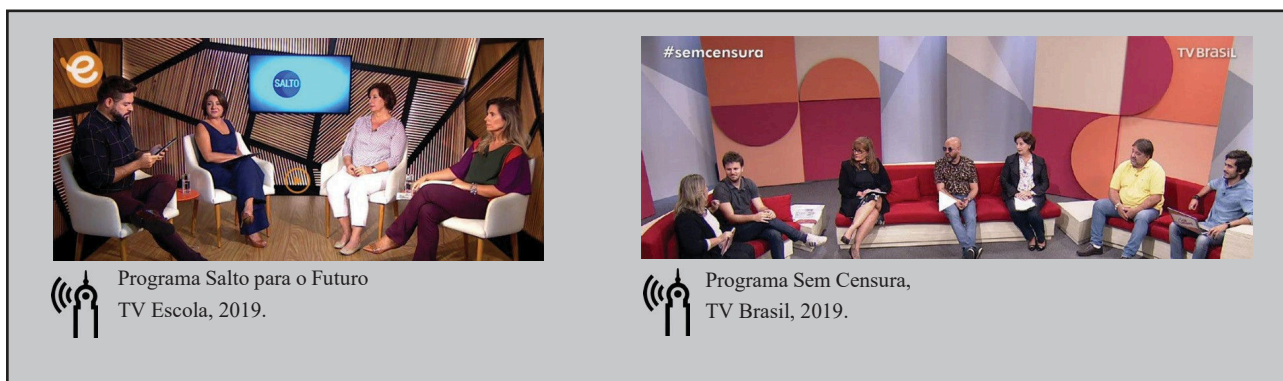
No Brasil, a ACT Promoção da Saúde foi fundada em 2006 com o nome de Aliança de Controle do Tabagismo com a proposta de trabalhar por políticas públicas de controle do tabagismo, comprovadamente eficazes, seguindo as recomendações da CQCT e em 2014 também passou a atuar na promoção de políticas para alimentação saudável, domínio do uso abusivo do álcool e atividade física.

Anualmente, a ACT tem promovido Seminários onde o CETAB/ENSP/Fiocruz tem contribuído com o debate interinstitucional.



Seminário da Aliança para o Controle do Tabaco e Promoção da Saúde, Brasília 2019.

A participação em programas educativos tem feito parte da pauta da equipe do Observatório/Fiocruz que sempre demonstrando como tanto a sociedade civil como os governos devem agir para monitorar e conter a indústria do tabaco.



Programa Salto para o Futuro
TV Escola, 2019.

Programa Sem Censura,
TV Brasil, 2019.

A presidência da Fiocruz e o Secretariado da CQCT/OMS têm sido muito presentes na promoção de atividades relacionadas ao papel das instituições acadêmicas que atuam no controle do tabaco.



Nísia Trindade (presidente da Fiocruz), Valeska Figueiredo (coordenadora do CETAB), Vera da Costa e Silva (Chefe do Secretariado da CQCT), e Silvana Turci (responsável pelo Observatório Fiocruz) no lançamento do Relatório sobre a Epidemia do Tabagismo no Mundo, Museu do Amanha, Rio de Janeiro, 2019.

11 O monitoramento da indústria do tabaco como política transversal

Em um ambiente dinâmico e desafiador criado pela interferência da indústria do tabaco (IT), as táticas em evolução continuam colocando os lucros da indústria à frente de milhões de vidas. No passado, a indústria focava na articulação com varejistas, fumicultores e pesquisadores para conter e retardar medidas de controle do tabaco. No entanto, a IT demonstra-se intolerante com o encolhimento das suas atividades, manipulando mercados e fortalecendo as relações com grupos de fachada e terceiros, incluindo empresas, fundações, instituições de caridade, universidades e políticos (Jones, 2020). As ações para opor-se, retardar e enfraquecer a legislação de controle do tabaco ocorrem especialmente nos países de baixa e média renda que tendem a ter governos mais frágeis e menos estáveis do que os países de alta renda (BHATTA et al, 2019).

A indústria do tabaco interfere na ciência da saúde usando uma variedade de métodos como suprimir resultados desfavoráveis e financiar pesquisas que divirjam sobre causas de doenças tabaco-relacionadas. A interferência da IT também pode se aplicar à pesquisa por meio da construção de coalizões visando influenciar o desenvolvimento de políticas científicas (BONEVSKI, 2019).

Alguns avanços no monitoramento da indústria do tabaco merecem destaque, como o proposto por Ulucanlar, Fooks e Gilmore (2016) ao utilizarem o modelo de distopia de política (PDM) para identificar estratégias discursivas e instrumentais que a indústria do tabaco usa para combater proibições e tributação de marketing com base na revisão sistemática da literatura. As estratégias discursivas são baseadas em argumentos que a indústria usa para exagerar o potencial custo de uma política proposta, negando ou descartando seus benefícios em potencial. Já as estratégias instrumentais são ações para influenciar os formuladores de políticas e outras partes interessadas contra a regulamentação do tabaco. A utilização do modelo pode antecipar e conter a interferência da indústria do tabaco em relação ao local onde o setor atua de forma agressiva. O PDM também pode orientar apoiadores e governos no desenvolvimento de campanhas e ações na mídia, assim como na contextualização das estratégias da indústria do tabaco (BHATTA et al, 2020).

Reconhecendo que a interferência da indústria do tabaco não é facilmente reconhecida, compreendida ou regularmente monitorada e combatida pelos governos, a Aliança de Controle do Tabaco do Sudeste Asiático (SEATCA) estabeleceu uma ferramenta para facilitar a implementação das Diretrizes do Artigo 5.3, o *Tobacco Industry Interference Index*²⁹, onde um conjunto de indicadores atribuem o nível de participação da indústria no desenvolvimento de políticas; a participação dos governos nas atividades da indústria do tabaco sendo estas intituladas como de responsabilidade social corporativa; os benefícios concedidos à indústria do tabaco; as formas de interação desnecessárias com a indústria do tabaco; a transparência das relações estabelecidas; os conflitos de interesse; e as medidas preventivas à interferência da indústria do tabaco (ASSUNTA; DOROTHEO, 2016).

²⁹ Tobacco Industry Interference Index.

Disponível em <https://globaltobaccoindex.org/#:~:text=The%20first%20Global%20Tobacco%20Industry,bodes%20well%20for%20the%20country.>

A formação de uma rede transnacional de controle do tabaco, composta por grupos da sociedade civil, juristas e organizações internacionais e filantrópicas, desempenha um papel significativo na promulgação e implementação de leis convergentes ao controle do tabaco. Dentre as estratégias utilizadas está a coordenação eficaz, a educação, a comunicação e conscientização, conforme destaca o Artigo 12 da CQCT, e a instauração de litígios sobre a IT, conforme reforçado pelo Artigo 19 da CQCT (BHATTA et al, 2019).

Vários países indicaram a importância do Artigo 5.3 e suas diretrizes para a implementação da conscientização sobre a interferência da IT e a orientação de estratégias para conter a interferência com níveis variados de eficácia. O Quênia incorporou provisões para quase todas as medidas sob as diretrizes do Artigo 5.3, que apresenta os regulamentos mais abrangentes na região africana. Brasil, Reino Unido, Turquia, República da Coreia, Paquistão e Filipinas indicaram que o Artigo 5.3 e suas diretrizes para implementação influenciaram o desenvolvimento de diretrizes internas para a interação de atores do governo com a indústria do tabaco, mas que medidas mais fortes para conter a interferência da IT são necessárias (GRAIG et al, 2019).

Em todos os países de baixa e média renda é necessário suporte técnico, financeiro e educacional para a otimização de ações de *advocacy* e a defesa dos esforços contínuos da IT que visam enfraquecer a legislação sobre o controle do tabaco. O forte engajamento político e a atuação do judiciário são necessários em todos os níveis para que uma política de controle do tabaco seja bem-sucedida. A coerência das políticas e a coordenação multissetorial são essenciais para a implementação da CQCT. As táticas de IT são bem conhecidas e os países precisam se preparar para defender a legislação e sua implementação (BHATTA et al, 2019). Considerando que a IT geralmente exerce mais poder e influência nos níveis nacional e subnacional, é recomendável o estabelecimento de legislações sobre tabaco em níveis subnacionais (TUMWINE, 2011) .

A reação da indústria do tabaco às ações do Brasil relacionadas ao banimento dos aditivos (litígio, mecanismos para prevenir regulamentações, grupos de fachada, lobby, alegações sobre o aumento do comércio ilícito e notícias/argumentos falsos) é uma lição de como os países devem se preparar para enfrentar a oposição da IT. Mecanismos usados para garantir transparência e participação dos atores podem ser usados pela IT para impedir novas regulamentações sobre o tema.

Os governos devem adotar mecanismos que evitem pressões indevidas as suas políticas de saúde pública. Além disso, o judiciário deve ser encorajado a refletir sobre seu importante papel na preservação da saúde da população (Silva et al, 2019). A mídia também é importante nesse processo. Grandes volumes de desinformação da IT podem ser confrontados e minados pelo *advocacy* de saúde pública baseado em evidências científicas a serem exploradas pela mídia, o que foi observado na experiência da Austrália com as embalagens padronizadas de cigarros (MILLER et al, 2018).

Ressalta-se a importância do monitoramento da indústria acerca dos seus esforços para garantir acesso às autoridades de saúde de alto nível, assim como da área econômica. Isso destaca um aspecto amplamente reconhecido, mas ainda pouco explorado, relacionado à estratégia política da IT que foca na diluição da prioridade dada à saúde na governança do controle do tabaco e nos seus esforços para aumentar a número de delegados nas reuniões da COP que não estão envolvidos com

a saúde pública, assim como o seu forte lobby nessas reuniões (WILLEMSEN; FOOKS, 2019). A indústria frequentemente incentiva certos grupos governamentais, como os das áreas da agricultura, comércio e indústria, a participarem da elaboração de legislações abrangentes de controle do tabaco, que podem ter prioridades concorrentes com os da área da Saúde e, conseqüentemente, resultar em regulamentações ineficazes para o controle do tabaco (MUNZER, 2013).

A interferência da indústria continua sendo um grande obstáculo para o progresso global do controle do tabaco. Embora a implementação do Artigo 5.3 da CQCT tenha permitido evidenciar práticas do setor e levado governos a desenvolver códigos de conduta e ações políticas em vários países, medidas mais fortes são necessárias para combater os interesses comerciais e outros interesses da IT (CRAIG et al, 2019). Empresas emergentes transnacionais de tabaco promovem uma concorrência acirrada pela participação no mercado, o que provavelmente favorece um cenário de queda dos preços e intensificação da inovação e do marketing de produtos de tabaco, incentivando o aumento do seu consumo (LEE; ECKHARDT, 2017).

Boa governança, regulação preventiva e mecanismos eficazes para combater conflitos de interesses entre políticos e atores governamentais também são necessários. O engajamento da OMS com atores não estatais pode ser aplicado no contexto geral de prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis (TANGCHAROENSA et al, 2019).

Também são importantes mais pesquisas para aprofundar a compreensão das relações entre o comércio legal e ilegal de tabaco, destacando os atores e as redes transnacionais envolvidos. Nesse sentido, a implementação efetiva do Artigo 15 da FCTC e do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Tabaco se faz necessária. Se o Protocolo fosse totalmente implementado, funcionários de empresa do tabaco não poderiam mais alegar que, após vender para os distribuidores, não são mais responsáveis pela venda ilegal subsequente de seus produtos (GOMIS et al, 2018).

Neste contexto, o Secretariado da CQCT/OMS destaca a relevância dos Observatórios da Indústria do Tabaco com relação às lições e desafios adotados internacionalmente (WHO/FCTC SECRETARIAT'S KNOWLEDGE HUB ON ARTICLE 5.3, 2018):

- A cooperação e coordenação com instituições governamentais relevantes visando ao estabelecimento de observatórios pode adicionar credibilidade ao projeto, otimizar a troca direta de informações e mitigar alguns riscos políticos.
- A criação de um observatório com base nos melhores modelos existentes (por exemplo, *TobaccoTactics*) requerem recursos financeiros suficientes, tempo (mínimo de um ano) e projeto com ênfase em gestão.
- Mesmo dentro de grupos estabelecidos de controle do tabaco, é desafiador alocar tempo e designar uma equipe para realizar um monitoramento nacional em larga escala.
- Usar o *MediaWiki* ou outra plataforma livre para que o observatório seja e uma opção melhor para compartilhamento de informações e “interoperabilidade de dados”.
- Eventos paralelos do observatório, como treinamentos, oficinas, consultas etc podem ser benéficos para o avanço da implementação da CQCT em um determinado país, especialmente no que tange ao Artigo 5.3.

- A falta de capacidade técnica continua sendo um desafio para as Partes que estabelecem monitoramento da indústria do tabaco.
- Os recursos financeiros para apoiar as operações de longo prazo dos observatórios permanecem como o principal desafio, uma vez que são totalmente dependentes de doadores.
- É extremamente necessário que o suporte para os observatórios seja técnico, especializado e articulado em rede. Por esse motivo, expectativas podem ser s nos recém-criados Hub de Conhecimento do Secretariado da Convenção para o Artigo 5.3”

Apesar de muitos países apresentarem problemas, a epidemia do tabaco apresenta tendência de queda nas Américas, mas, a interferência da indústria contínua e o surgimento de novos produtos, como cigarros eletrônicos, enfatizam a necessidade de renovar a vontade política de proteger as conquistas e continuar avançando (REYNALES-SHIGEMATSU et al, 2019). O Brasil apresenta ações ilegais de publicidade, propaganda e patrocínio por parte da indústria do tabaco em eventos musicais e por meio das redes sociais.

É fundamental a fiscalização por parte do Estado para que a indústria não tenha êxito na manutenção do consumo de produtos de tabaco e no incentivo à iniciação de jovens e crianças (SZKLO et al 2020). Os profissionais da saúde também são fundamentais para o combate à interferência da indústria. Silva et al (2020) apontaram recomendações nesse sentido:

- Encarem o tabagismo e as doenças tabaco-relacionadas como uma patologia transmissível, reconhecendo na indústria do tabaco o seu vetor;
- Considerem as estratégias da indústria no planejamento e implantação das ações de prevenção e tratamento do câncer;
- Não participem de pesquisas financiadas direta ou indiretamente pela indústria, de forma a considerar o histórico desse setor em relação à perversão da ciência (lembrando que muitos periódicos não aceitam publicações financiadas pela indústria ou por grupos de fachada);
- Evitem reproduzir os discursos e posicionamentos da indústria sem realizar estudos ou discutir com pesquisadores da área;
- Não recomendem produtos de tabaco convencionais ou eletrônicos para pacientes, mesmo que possuam alegações de risco reduzido ou suposto suporte para o tratamento do tabagismo, pois, além de não existir comprovação dessas alegações, deve-se lembrar que esses produtos são proibidos pela Legislação Brasileira e têm potencial de causar danos e de reverter as Políticas de Controle do Tabaco;
- Indiquem a cessação de fumar como parte do tratamento, mesmo em pacientes com neoplasias malignas já estabelecidas, pois os componentes do tabaco afetam a eficácia das terapias disponíveis para essa patologia;
- Participem ativamente das Políticas de Controle do Tabaco, especialmente dos processos legislativos e regulatórios, seja diretamente, seja indiretamente por intermédio de órgãos de classe ou sindicatos”.

12 Considerações finais

Passados 15 anos da acertada decisão do governo brasileiro em adotar a Convenção-Quadro, observa-se que ainda há muito a ser feito. O trabalho de implementação plena de todo o tratado ainda vai levar um tempo, deve ser feito sem interrupção ou desatenção. Deve-se manter o foco para que não haja retrocessos.

O sucesso dessa política teve como base o empenho de pessoas ligadas a instituições governamentais e não governamentais, que se uniram para que houvesse, verdadeiramente, melhoria da qualidade de vida e da saúde da população, o que certamente contrariou os interesses da indústria do tabaco, que busca sempre auferir maiores vantagens em detrimento da vida das pessoas, e por isso, precisa ser hodiernamente monitorada.

Em 2020, com a pandemia de Covid-19, pode-se nota mais uma vez como a indústria do tabaco age para defender seus interesses. Fizeram doações em dinheiro em insumos para países menos favorecidos e, isso além de contrariar o que preconiza o tratado, faz com os governos que aceitam as doações fiquem em dívida com essas empresas. Na verdade, os governos deveriam aproveitar esta oportunidade para recuperar os custos dos danos causados pela indústria do tabaco, como com tratamento para cessação, tratamento de pessoas que adoeceram pelo consumo de tabaco. Também seria legítimo a criação de um “fundo” para dar aos agricultores que plantam tabaco que oferecesse, novas oportunidades agroecologicamente sustentáveis, pois, como sinalizado pela própria CQCT, haverá redução do consumo de tabaco em todo mundo e, se não forem oferecidas alternativas, este agricultor perecerá. Da mesma maneira, poderiam financiar planos de recuperação advindos com a pandemia de COVID-19, como os custos com saúde e na economia e assim, compensar quaisquer doações feitas em nome da responsabilidade social corporativa.

Finalmente, essa publicação dos 5 anos de atividade do Observatório de Monitoramento das Estratégias da Indústria do Tabaco da Fiocruz, mostra através dos seus registros como a indústria do tabaco se move e, convida todos a participar da construção de uma política pública, cujos caminhos levem à saúde da população.

Referências

AGNER, L. **Ergodesign e arquitetura de informação**: trabalhando com o usuário. 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

ARAÚJO I.S.; CARDOSO, J. M. **Comunicação e Saúde**: Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

ASSUNTA, M.; DOROTHEO, E. U. SEATCA Tobacco Industry Interference Index: a tool for measuring implementation of WHO Framework Convention on Tobacco Control Article 5.3. **Tobacco Control**, Reino Unido, v. 25, n. 3, p. 313–318, maio 2016.

BHATTA, D. N. et al. Defending comprehensive tobacco control policy implementation in Nepal from tobacco industry interference (2011-2018). **Nicotine & Tobacco Research**: Official Journal of the Society for Research on Nicotine and Tobacco, Reino Unido, v. xx, n. xx, p. 1-10, abr. 2020.

BHATTA, D. N. et al. Exceeding FCTC obligations: Nepal overcoming tobacco industry interference to enact a comprehensive tobacco control policy. **Nicotine & Tobacco Research**: Official Journal of the Society for Research on Nicotine and Tobacco, Reino Unido, v. xx, n. xx, p. 1-11, set. 2019.

BONEVSKI, B. Why some researchers choose not to work with the tobacco industry. **Society for the Study of Addiction**, England, v. 114, n. 2, p. 376–377, out. 2019.

COMMITTEE OF EXPERTS ON TOBACCO INDUSTRY DOCUMENTS. Tobacco Company Strategies to Undermine Tobacco Control Activities at the World Health Organization. A Report from the Committee of Experts on Tobacco Industry Documents. Geneva, Jul. 2000.

CONFERENCE OF THE PARTIES TO THE WHO FRAMEWORK CONVENTION ON TOBACCO CONTROL. Implementation of Article 5.3 of the WHO FCTC: Report by the Convention Secretariat. Marrocos, nov. 2016.

CRAIG, L. et al. Impact of the WHO FCTC on tobacco control: perspectives from stakeholders in 12 countries. **Tobacco Control**, Reino Unido, v. 28, Suppl 2, p. 129–135, 2019.

DROPE J. et al. (org). **Tobacco Atlas**. Estados Unidos: American Cancer Society; Vital Strategies, 2018.

GOMIS, B. et al. “We think globally”: the rise of Paraguay’s Tabacalera del Este as a threat to global tobacco control. **Globalization and Health**, v. 14, n. 110, p. 1-14, 2018.

GOODCHILD M.; NARGIS N.; TURSAN E. E. Global economic cost of smoking-attributable.

JONES, A. How Big Tobacco uses disruptive tactics to deny child rights to be tobacco-free. **The International Journal of Tuberculosis and Lung Disease: The Official Journal of the International Union Against Tuberculosis and Lung Disease**, v. 24, n. 5, p. 470-476, 1 maio 2020.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. e.d. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEE, K.; ECKHARDT, J. The looming threat of Asian tobacco companies to global health. **Lancet**, Inglaterra, v. 389, n. 10083, p. 1958–1960, maio 2017.

LENCUCHA, R. et al. As instituições e a implementação do controle do tabaco no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol.33, suppl. 3, p. 1-11, 2017.

MILLER, C. L. et al. Presenting a strong and united front to tobacco industry interference: a content analysis of Australian newspaper coverage of tobacco plain packaging 2008–2014. **BMJ Open**, v. 8, n. 9, p. 1-6, set. 2018

MUNZER, A. The WHO FCTC: the challenge of implementation. **The Lancet Respiratory Medicine**, v. 1, n. 3, p. 182–184, 2013.

NASCIMENTO, J. A. M.; AMARAL, S. A. **Avaliação de usabilidade na internet**. Brasília: Thesaurus, 2010.

NBR 12676 – Métodos para análise de documentos – determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro: ABNT, 1992

NBR 6023 – Informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002

NBR 6028 – Informação e documentação – resumo – apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, [página eletrônica]. Folha informativa – Tabaco. Brasil, 2019.

PEREZ, C. A. **Análise da interferência da indústria do tabaco na implementação das advertências sanitárias nos derivados de tabaco no Brasil**. Tese Mestrado (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013.

PINTO, Marcia et al. Carga do tabagismo no Brasil e benefício potencial do aumento de impostos sobre os cigarros para a economia e para a redução de mortes e adoecimento. **Cad. Saúde Pública**, 2019, vol. 35, n. 8, p. 1-18, 2019.

REYNALES-SHIGEMATSU, L. M. et al. Estado actual y desafíos emergentes en la prevención y el control del tabaco. **Salud Pública de México**, v. 61, n. 4, p. 436–447, ago. 2019.

SILVA, A. L. O. DA et al. Tabagismo, uma Patologia Corporativa Transmissível pela Indústria do Tabaco. Como os Profissionais de Saúde podem Contribuir para Deter essa Epidemia? **Revista Brasileira de Cancerologia**, Rio de Janeiro v. 66, n. 2, p. 1-4, 2020.

SILVA, A. L. O. DA et al. The taste of smoke: tobacco industry strategies to prevent the prohibition of additives in tobacco products in Brazil. *Tobacco Control*, Reino Unido, v. 28, n. 2, p. 92-101, dez. 2019.

SZKLO, A. S. et al. Interferência da indústria do tabaco no Brasil: a necessidade do ajuste de contas. **Revista Brasileira de Cancerologia**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, 2020.

TANGCHAROENSATHIEN, V. et al. Addressing NCDs: Challenges from Industry Market Promotion and Interferences. *International Journal of Health Policy and Management*, Irã, v. 8, n. 5, p. 256–260, jan. 2019.

TUMWINE, J. Implementation of the framework convention on tobacco control in Africa: current status of legislation. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, Irã, v. 8, n. 11, p. 4312–4331, Nov. 2011.

ULUCANLAR, S.; FOOKS, G. J.; GILMORE, A. B. The Policy Dystopia Model: an interpretive analysis of tobacco industry political activity. **PLOS Medicine**, Estados Unidos, v. 13, n. 9, p. 1-21, set. 2016

WHO FCTC; Secretariat's Knowledge Hub Article 5.3. Guide for Parties to the WHO FCTC on How to Conduct Tobacco Industry Monitoring. Suíça, set. 2018

WHO Framework Convention on Tobacco Control, Establishment of tobacco industry monitoring centres. Suíça, abr. 2016.

WHO Framework Convention on Tobacco Control, Guidelines for implementation of Article 5.3 of the WHO Framework Convention on Tobacco Control. Suíça, nov. 2008.

WHO Framework Convention on Tobacco Control, Tobacco Free Initiative: Watching and countering the industry. Suíça, 2018.

WHO Framework Convention on Tobacco Control. Suíça, jun. 2003.

WHO Framework Convention on Tobacco Control. Tobacco industry interference with tobacco control. Suíça, 2008.

WILLEMSSEN, M. C.; FOOKS, G. Tobacco industry access to policy elites and the implementation of Article 5.3 of the WHO Framework Convention on **Tobacco Control**. Tobacco Control, Reino Unido, n. 1, p. 1-6, dez. 2019.

World Health Organization. WHO Framework Convention on Tobacco Control: Guidelines for Implementation. Suíça, 2013.

Este livro foi produzido com auxílio financeiro gerenciado pela União Internacional contra a Tuberculose e Doenças Pulmonares (The Union) e financiado pela Filantropia Bloomberg. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade dos autores e, em nenhuma circunstância, pode ser considerado como a posição da The Union e da Filantropia Bloomberg.

The Union

International Union Against
Tuberculosis and Lung Disease